



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
SERVIÇO DE LICITAÇÃO
Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

EDITAL Nº 004/2020 - CEST-CE/L/2020

Processo nº 59402.000605/2020-72

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo n.º 59402.000605/2020-72)

Torna-se público que a Coordenadoria Estadual do DNOCS no Estado do Ceará – CEST/CE, por meio da CEST-CE/ADM-CL, sediada na Av. Duque de Caxias, 1700, Ed. Arrojado Lisboa, 2º andar – Centro - Fortaleza/CE, CEP 60035-111, Telefones: (85) 3391-5303 - (85) 3391-5314, realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por lote**, sob a forma de execução indireta, no regime de **emprego por preço unitário**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da sessão: 18/12/2020.

Horário: às 10:00 (Dez) horas de Brasília-DF.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresas prestadoras de serviços especializadas para a realização de estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos, instalação de sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz e de sistemas de abastecimento com geração de energia fotovoltaica em diversos municípios do Estado do Ceará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 03 (três) lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução empreitada por preço unitário, cuja segunda revisão foi aprovada pela Portaria-SEGECEX nº 33, de 07 de dezembro de 2012, publicada no Boletim do Tribunal de Contas de União de 11 de dezembro de 2013, traz um interessante diagnóstico sobre o tema:

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula

Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor total de cada lote;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,0% (um por cento).

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.25.1.1 prestados por empresas brasileiras;

7.25.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.2.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 A proposta a ser encaminhada deverá conter:

8.2.1 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

8.2.2 Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

8.2.3 Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

8.2.3.1 Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.2.3.2 Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

- 8.2.3.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- 8.2.3.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.
- 8.2.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;
- 8.2.4.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Termo de referência, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.
- 8.2.5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;
- 8.2.5.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.
- 8.2.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- 8.2.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;
- 8.2.5.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
- 8.2.5.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.
- 8.2.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;
- 8.2.5.7. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;
- 8.2.5.8. será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.
- 8.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;
- 8.4.4. Apresentar, na composição de seus preços:
- 8.4.4.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;
- 8.4.4.2. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
- 8.4.4.3. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
- 8.4.5. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário) ou desconto menor do que o mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.5. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.
- 8.6. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 8.7. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.
- 8.8. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.8.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes
- 8.9. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.9.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.9.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.10.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata
- 8.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 8.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
9. **DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

9.10.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.11.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

9.11.2.1. Execução de estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos, na quantidade mínima de 100 (cem) estudos;

9.11.2.2. Execução de serviços de instalação de sistema simplificado de abastecimento de água, na quantidade mínima de 200 (duzentos) instalações; e

9.11.2.3. Execução de serviços de instalação de sistemas de abastecimento com geração de energia fotovoltaica, na quantidade mínima de 50 (cinquenta) instalações.

9.11.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão possuir as seguintes características, prazos e quantidades:...

9.11.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

9.11.3.2. A CONTRATADA deverá apresentar os seguintes critérios de qualificação técnica:

9.11.3.3. Prova de inscrição ou registro do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, responsáveis técnicos: geólogo, engenheiro civil, engenheiro mecânico e engenheiro eletricitista, da localidade da sede da proponente;

9.11.3.4. Comprovação da capacidade técnico-operacional do licitante, a ser feita por intermédio de certidão(ões) fornecida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em que figurem o nome do responsável técnico do licitante, constante da Certidão de Registro da Empresa junto ao Conselho Profissional respectivo, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (CAT), e esta(s) deverá(ão) vir(em) acompanhada(s) do(s) seu(s) respectivo(s) atestado(s), devidamente registrado(s) e reconhecido(s) pelo Conselho, e/ou que comprove(m):

9.11.3.5. Execução de estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos, na quantidade mínima de 100 (cem) estudos;

9.11.3.6. Execução de serviços de instalação de sistema simplificado de abastecimento de água, na quantidade mínima de 200 (duzentos) instalações.

9.11.3.7. Execução de serviços de instalação de sistemas de abastecimento com geração de energia fotovoltaica, na quantidade mínima de 50 (cinquenta) instalações.

9.11.3.8. Comprovação do licitante possuir como responsável técnico ou em seu quadro técnico, na data prevista para a entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior, sendo estes, geólogo, engenheiro civil, engenheiro mecânico e engenheiro eletricitista, reconhecido(s) pelo CREA, detentor (es) de CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO que comprove, a execução de serviços com as mesmas características técnicas do objeto da presente licitação, ou similares como: execução de estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos; execução de serviços de instalação de sistema simplificado de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz; e execução de serviços de instalação de sistemas de abastecimento de água com geração de energia fotovoltaica.

9.11.3.9. No caso do(s) profissional(is) não constar(em) da relação de responsável(is) técnico(s) junto ao CREA, o acervo técnico (CAT) do profissional será aceito, desde que ele comprove vínculo com o licitante, por meio de um dos seguintes documentos:

9.11.3.10. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Ficha ou Livro de Registros de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional, Guia de Recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) profissionais;

9.11.3.11. Contrato de Prestação de Serviço celebrado de acordo com a legislação civil comum;

9.11.3.12. Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

9.11.3.13. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Termo de Referência, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor do certame.

9.11.3.14. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.11.3.15. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

9.11.3.16. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

9.11.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

9.11.5. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participará da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

9.11.5.1. Para o Geólogo: serviços de Estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos .

9.11.6. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor do certame.

“9.1.2. ausência de previsão, no edital da Licitação (...), da possibilidade de comprovação da capacidade técnica do responsável pela obra por meio de contrato regido pelo Direito Civil ou declaração de que o profissional integraria o quadro da licitante como responsável técnico, se a empresa viesse a ser contratada, em desconformidade com os Acórdãos/TCU 2297/2005 e 291/2007, ambos do Plenário;”

9.11.7. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.11.8. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

9.11.9. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a saber:

9.11.9.1. Conforme dispõe o Termo de Referência.

9.11.10. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência.

9.11.10.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conheça as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no termo de referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisar a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20.1.2. A presente contratação permite a antecipação de pagamento, conforme as regras previstas no Termo de Referência

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não manter a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cest_ce@dnocs.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço . Av. Duque de Caxias, nº 1700, 2º andar, Centro, CEP 60.035-111, Fortaleza-CE, Setor de Licitação.

23.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação. .

23.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação

23.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.dnocs.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Duque de Caxias, 1700, Ed. Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares – Centro - Fortaleza/CE - CEP 60035-111 - Telefones: (85) 3391-5303 - (85) 3391-5314, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

24.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudos Preliminares

24.12.2. ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços;

24.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato (quando for o caso);

24.12.4. ANEXO IV – Planilha de Custos e Formação de Preços

24.12.5. Anexo V – Composição do BDI;

24.12.6. Anexo VI – Cronograma Físico-Financeiro

24.12.7. ANEXO VII – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;

24.12.8. ANEXO VIII – Modelo de Atestado de Vistoria; (se for o caso)

24.12.9. ANEXO IX – Modelo de Proposta;

24.12.10. ANEXO X – Modelos de declaração de elaboração independente de proposta;

24.12.11. ANEXO XI – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

24.12.12. ANEXO XII - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;

Fortaleza-CE, 02 de dezembro de 2020

ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA
COORDENADOR ESTADUAL DA CEST-CE/DNOCS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo nº 59402.000605/2020-72)

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresas prestadoras de serviços especializadas para a realização de estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos, instalação de sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz e de sistemas de abastecimento com geração de energia fotovoltaica em diversos municípios do estado do Ceará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
				UNITÁRIO	TOTAL
				ESTIMADO	ESTIMADO
01	Estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos	serviço	500	R\$ 2.900,00	R\$ 1.450.000,00
02	Instalação de sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz	serviço	500	R\$ 25.188,98	R\$ 12.594.488,16
03	Instalação de sistemas de abastecimento de água com geração de energia fotovoltaica	serviço	100	R\$ 35.990,00	R\$3.599.000,00
TOTAL GERAL ESTIMADO					R\$ 17.643.488,16

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia, conforme especificado no Item 04 deste Termo de Referência.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

1.4. O contrato tem a vigência contratual determinada, não sendo prorrogável na forma do artigo 57, II, da Lei de Licitações.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O estado do Ceará, com seus 148.920,47 km² de extensão territorial, 129.262,97 km² (86,80%) de sua área está inserida no Semiárido brasileiro. O clima é marcado pela aridez, com pluviosidades que, em alguns locais, podem ser menores que 500 mm/ano, mas também podem se aproximar de 1.000 mm/ano em outras áreas, a exemplo da área do Cariri e nas cidades relativamente próximas à faixa litorânea. A temperatura média é alta, com pequena amplitude anual de aproximadamente 5°C, girando entre 20°C no topo das serras a até 28°C nos sertões mais quentes. No interior, a amplitude térmica diária pode ser relativamente grande devido à menor umidade. As secas são periódicas, e, desde que a ocupação territorial foi consolidada, a população tenta resolver o problema da escassez de água. A perfuração de poços profundos tem sido utilizada como uma alternativa para garantir a disponibilidade e acesso à água para abastecimento humano, irrigação, indústria, lazer e dessedentação animal.

2.2. Tudo isto demonstra, claramente, a importância do serviço de perfuração de poços oferecido pela CEST-CE à população do semiárido e a necessidade da perfeita operacionalização da referida atividade pela Coordenadoria, o que, para tanto, destacamos três aspectos que apontam para a urgência da contratação:

- Possui em torno de 6.000 solicitações de perfuração de poços e, para atender tal demanda, foram adquiridos 10 (dez) equipamentos completos de perfuração de poços no ano de 2018, totalizando 11 (onze) combos completos (02 caminhões com máquina perfuratriz, compressor, muncie e carro pipa) em perfeito estado de funcionamento, permitindo uma estimativa média de perfuração/mês de 132 poços;
- Há apenas 01 (um) servidor capacitado para a locação dos poços (designação do melhor local para a perfuração), o que não atende à demanda;
- Nos últimos 05 (cinco) anos, foram perfurados mais de 500 (quinhentos) poços profundos em diversos municípios do Estado do Ceará, porém, sem a devida instalação devido à carência de servidores e inexistência de recursos orçamentários para aquisição dos materiais necessários.

2.3. Com base nos pontos citados acima, detectamos a imprescindibilidade da contratação de serviços especializados para a realização de estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos, instalação de sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz e de sistemas de abastecimento de água com geração de energia fotovoltaica em diversos municípios do estado do Ceará.

2.4. A implantação desses serviços tem ainda o objetivo de se fazer cumprir o compromisso do Governo Federal de adotar, na sua jurisdição, padrões de vida mais humana, principalmente nos campos da saúde, educação, transporte e água potável. Vale salientar que, neste tipo de intervenção, as atividades a serem desenvolvidas durante a execução dos serviços não provocarão nenhum impacto ambiental negativo, até porque se trata de uma pequena obra localizada na comunidade das famílias beneficiadas, não produzindo qualquer tipo de resíduo ou poluente, como também não fere as resoluções sobre o meio ambiente do CONAMA.

2.5. Ressaltamos, também, que as atividades de perfuração de poços desta CEST-CE é realizada nos conformes da Normativa nº 03, de 28 de Agosto de 2019.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (0606862), apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, conforme Art. 1º da Lei 10.520/2002 e Art. 14º da IN nº 05/2017, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.1.1. Por se tratar de serviço padronizado, onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, existindo várias empresas que prestam esse serviço, o objeto é classificado como serviço comum de engenharia.

4.2.Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3.A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1.O prazo para o início da execução do objeto, a partir da emissão da Ordem de Serviço – OS, será de até 15 (quinze) dias.

5.2.O prazo para execução dos serviços é de até 12 (doze) meses, contados da data de recebimento da primeira OS pela CONTRATADA emitida pelo DNOCS.

5.3.As formas de mensuração e pagamento serão realizadas em acordo com as Planilhas de Quantidades, apresentadas no Termo de Referência, e os valores resultantes da proposta vencedora, utilizando todos os itens da planilha relativo ao poço instalado.

5.4.Os quantitativos para o item “Instalação do poço” são estimados, e, desta forma, poderão ser ultrapassados ou não atingidos, conforme Projeto. A medição será feita com base nas quantidades realmente executadas e o pagamento será de acordo com o preço da planilha referência.

5.5.A aquisição e transporte dos equipamentos necessários serão de responsabilidade da empresa contratada, que escolherá a origem e procedência dos mesmos, garantindo, no entanto, a qualidade requerida, estabelecida em normas e/ou especificações e de acordo com a legislação ambiental vigente.

5.6.Concluído a instalação, a empresa deverá apresentar o cadastro, em conformidade com Indicador de Construção e solicitar imediatamente o seu recebimento provisório, condicionado, evidentemente, após a realização dos testes de funcionamento de rotina, para que o DNOCS possa iniciar a operação, à sua conveniência. Nesta oportunidade as estruturas de bombeamento, recalque, reservação e distribuição deverão estar em perfeitas condições de funcionamento.

5.7.Após concluída a obra, a empresa deverá apresentar todas as análises físico-químicas e bacteriológicas referente aos poços instalados.

5.8.Não serão executadas obras de instalação do sistema de abastecimento em poços improdutivos, ou seja, com vazão inferior a 300 L/h.

5.9.Deverá ser apresentado declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.10. A empresa deverá dispor de quantitativo de pessoal suficiente com operários devidamente treinados e habilitados para realização dos trabalhos contratados, sendo coordenados direta e permanentemente por técnico de comprovada experiência. Deverá, também, manter em supervisão permanente do serviço, geólogo com capacidade de receber e atender qualquer instrução ou comunicação que venha a ser feita por parte do DNOCS, devendo o referido técnico de nível superior permanecer na obra durante o período de realização dos serviços, mantendo Registro de Ocorrência e/ou Diário de Obra, sob pena da paralisação dos trabalhos enquanto perdurar a pendência.

5.11. O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação mensal do gestor/fiscal do contrato. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as previsões da IN 05/2017.

5.12. A empresa deverá, às suas expensas, dispor de todas as permissões, certificados e licenças requeridas por lei, a fim de poder executar os serviços do objeto. Deverá cumprir as leis nacionais, estaduais e municipais, que afetem as obras a realizar. Em particular, o trabalho deverá ser realizado com a máxima segurança para o pessoal que o execute, devendo serem cumpridas rigorosamente as normas vigentes, relativas a segurança e higiene de trabalho.

6. LOTE 01: Estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos

6.1.Constam de serviços técnicos especializados de pesquisa hidrogeológica pelo método direto de investigação geológica de superfície e indireto de investigação de subsuperfície pelo método geofísico de eletrorresistividade, através da utilização de técnicas de caminhamento elétrico e sondagens elétricas verticais (SEV's) e/ou pelo método geofísico VLF (*Very Low Frequency*), para locação de poços tubulares em diversos municípios do estado do Ceará, visando à captação de manancial subterrâneo, atendendo ao que determina as normas da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT (Projeto de poço para captação de água subterrânea, NBR-12.212.).

6.2.A execução dos estudos a serem realizados pela CONTRATADA após assinatura do Contrato, constará da seguinte metodologia:

- Levantamento bibliográfico vinculado às áreas objeto da licitação;
- Fotointerpretação com o esboço geológico estrutural, orientadas e escaneadas com indicação dos pontos locados e estruturas associadas;
- Inventário de pontos d'água (poços profundos e rasos, cacimbões e barramentos) existentes nas circunvizinhanças com indicação nas fotografias aéreas escaneadas;
- Realização dos levantamentos geofísicos pelos métodos de eletrorresistividade (caminhamento elétrico e sondagem elétrica vertical – SEV) e/ou VLF (*Very Low Frequency*);
- Apresentação de Relatório Técnico Final.

6.3.Os serviços serão executados conforme emissão de Ordem de Serviço, que definirá municípios e localidades a serem beneficiadas.

6.4.Em cada uma das localidades, 01 (um) estudo deverá resultar na locação de dois poços. As locações efetuadas deverão ser hierarquizadas de acordo com uma ordem de prioridade para perfuração, justificada com base em critérios hidrogeológicos e/ou geofísicos. Essas locações deverão ser materializadas no campo por meio da cravação de piquetes de 50 centímetros de altura, contendo a inscrição DNOCS - 1ª opção (marco pintado de vermelho) e DNOCS - 2ª opção (marco pintado de amarelo).

6.5.As locações dos poços devem permitir o acesso dos equipamentos a serem utilizados na sua construção como sondas, compressores e ferramental do porte das Sondas Rotopneumáticas R-1H ou semelhantes, evitando-se locais com necessidade de executar aterros ou plataformas para instalação dos equipamentos.

6.6.Deverão ser utilizados os métodos geofísicos de eletrorresistividade e VLF (*Very Low Frequency*), de forma isolada ou combinada, objetivando a pesquisa do subsolo para definir a locação dos poços nas localidades a serem selecionadas (cristalino, sedimentares e mistos). O método de eletrorresistividade deverá ser empregado utilizando a técnica do caminhamento elétrico (também chamado perfil de resistividade) e/ou sondagem elétrica vertical (SEV's). No método VLF deverá ser empregado a técnica de perfil VLF.

6.6.1. Nas áreas cristalinas poderão ser utilizados os métodos de eletrorresistividade por caminhamento elétrico e VLF, de forma isolada ou em conjunto. Será realizado caminhamento elétrico com arranjo *Schlumberger*, espaçamento de 10 m, isolado ou combinado com caminhamento VLF (estação de medição a cada 10 m, em um total de 200 m);

6.6.2. Nas áreas sedimentares, desde que apresentem deposição monótona, deverá ser usado o método da eletrorresistividade com a utilização de sondagens elétricas verticais (SEV's). Em formações sedimentares consolidadas será realizado caminhamento elétrico combinado à SEVs, ambos com arranjo *Schlumberger*. Em formações sedimentares inconsolidadas serão executadas SEV's com arranjo *Schlumberger*;

6.6.3. Nos terrenos mistos (sedimentar e cristalino) com capeamentos superiores a 20 m, deverá ser utilizada a eletrorresistividade com a sondagem elétrica vertical (SEV's), objetivando a determinação da espessura do capeamento sedimentar, devendo ser complementada com caminhamento elétrico ou VLF.

6.7.As sondagens e os caminhamentos elétricos, bem como os pontos locados, além da materialização em campo, conforme Item 6.3, deve ainda ser apresentado croqui orientado com as suas localizações, como também as coordenadas em UTM. Serão apresentadas fichas de caminhamento e de sondagens elétricas verticais, devendo as aberturas dos eletrodos AB ser suficientes para recobrir 100 m de profundidade (colocar coordenadas UTM do centro do perfil e do ponto ou estação locada).

6.8.As locações deverão ser evidenciadas com fotografias nos relatórios apresentados para medição.

6.9.Todas as etapas do processo deverão ser inspecionadas pela Fiscalização, de modo a verificar os equipamentos utilizados, as medições efetuadas e a interpretação dos resultados obtidos.

6.10. A CONTRATADA se obrigará a apresentar um Relatório Técnico Final (RTF) dos serviços concluídos para cada poço, contendo: fichas técnicas individuais dos poços com a localidade e suas coordenadas em UTM e geográficas, número de famílias beneficiadas num raio de 2 (dois) km e todos os dados obtidos nos estudos de campo e escritório, conforme Item 6.2, em papel e em forma digital (CD/DADOS ou Pen Drive).

7. LOTE 02: instalação de sistema de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz

7.1.LAJE DE PROTEÇÃO SANITÁRIA

7.1.1. Em torno do tubo de revestimento do poço deverá ser construída uma laje de concreto (traço 1:2:3), com formato quadrangular de 1,00 m de lado, espessura de 0,15 m com uma declividade de 2% em relação ao centro do poço para as bordas, oferecendo um ressalto periférico de 0,05 m sobre a superfície do terreno. O tubo de revestimento deverá ficar saliente, no mínimo, 0,50 m sobre a superfície da

laje.

7.1.2. A “boca” do poço, em tubo de 6”, dev0e possuir uma tampa, em aço, para ancorar a unidade de bombeamento e respectivos acessórios. Para limitar a área da laje de proteção sanitária, deverá ser executada uma sapata com blocos cerâmicos revestidos com a argamassa.

7.2.LIMPEZA E DESENVOLVIMENTO

7.2.1. Deverá ser realizada a limpeza e o desenvolvimento antes do teste de vazão, que consiste na retirada de todos os detritos de rocha e lama do interior do poço, e se extraindo o máximo da fração fina da formação nas circunvizinhanças.

7.2.2. O compressor utilizado para limpeza e desenvolvimento deve ter a capacidade suficiente para extrair no mínimo 20 m³/h de água, simulando um jorro. O poço será considerado desenvolvido quando verificada a limpeza da água imediatamente após uma descarga antecedida de reversão.

7.3.TESTE DE VAZÃO DE POÇO PROFUNDO

7.3.1. O teste de vazão deverá ser realizado quando o poço apresentar uma amostra de água sem fragmentos e impurezas.

7.3.2. Não deverá ter duração inferior a 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas. Deverá ser executado com eletrobomba submersa ou compressor. Quando empregado o compressor, deverão ser utilizados tubos de diâmetro mínimo de 2" (duas polegadas) para a saída da água. O pagamento será realizado por teste de poço.

7.3.3. Na execução do teste de vazão será utilizada uma bomba submersa ou injetora, com capacidade variável, de modo a determinar com precisão as características do aquífero testado. Em poços perfurados no cristalino poder-se-á utilizar compressor. Naqueles perfurados em rochas sedimentares o compressor só deverá ser utilizado se convenientemente dimensionado para a vazão do poço e com injetor adequado.

7.3.4. Como, em geral, as vazões de poços no cristalino são baixas, será indicado o método volumétrico como um meio prático e rápido para o registro das vazões.

7.3.5. Devem-se utilizar os seguintes referenciais para evitar erros de avaliação acima de 5%:

- Vazões até 3,6 m³/h – Volume mínimo do recipiente = 20 litros;
- Vazões entre 3,6 e 36,0 m³/h – Volume mínimo do recipiente = 200 litros.

7.3.6. Os níveis da água dentro do poço devem ser medidos através do medidor de nível elétrico. Esse dispositivo consiste basicamente de um cabo elétrico ligado a uma fonte, tendo na outra extremidade um eletrodo que, ao tocar na superfície da água, fecha o circuito e aciona um alarme sonoro ou luminoso.

7.3.7. A equipe operacional para a execução do teste deverá ser constituída, no mínimo, por duas pessoas. Uma para fazer a medida de vazão e a outra para realizar o acompanhamento dos níveis dinâmicos.

7.3.8. O aferimento do cabo do medidor de nível será feito a cada novo teste para corrigir prováveis distorções em função da dilatação do fio.

7.3.9. Ao final de cada teste deverá ser coletada uma amostra de água e enviada imediatamente ao laboratório para a realização de análise físico-química e bacteriológica completa.

7.3.10. Encerrado o teste, deverá ser medida a recuperação até a reintegração do nível original, por um período não inferior a 04 (quatro) horas.

7.3.11. Caso haja interrupção do teste de vazão a operação deverá ser reiniciada, eliminando-se os dados já coletados.

7.3.12. Os dados de acompanhamento da variação do nível da água em função do tempo e a vazão de bombeamento devem ser registrados em fichas, conforme [ANEXO I](#) e entregues à fiscalização.

7.4.DESINFECÇÃO

7.4.1. Deverão ser executadas as desinfecções dos poços perfurados, utilizando-se solução clorada com jateamentos alternados, dependendo do comportamento do poço.

7.4.2. A desinfecção final deve ser feita com aplicação de solução clorada, em quantidade que resulte concentração de 50 mg/L de cloro livre. Para solução de hipoclorito de sódio a 10%, deve ser aplicado 0,5 L/m³ de água no poço. Deve-se introduzir parte da solução no poço, através de tubos auxiliares, sendo o restante colocado pela boca do poço, de modo a desinfetar a tubulação acima do nível de água. A solução deve permanecer no poço por período não inferior a 2 h.

7.5.ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DA ÁGUA

7.5.1. A análise físico-química e bacteriológica da água se destina a avaliar sua qualidade para consumo humano nos poços que serão fonte de suprimento dos sistemas, objeto do presente Termo de Referência.

7.5.2. No Brasil a Portaria Nº 518/2004, de 25 de março de 2004, do Ministério da Saúde, normatiza os procedimentos e as responsabilidades relativos ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, em razão da importância que a qualidade e a quantidade de água representam para melhoria da qualidade de vida e da manutenção da saúde humana.

7.5.3. Em função da escassez de água e conseqüente crescimento das formas alternativas de abastecimento, a legislação incluiu procedimentos e responsabilidades para que os padrões de potabilidade de água para o consumo humano possam ser mantidos nestes sistemas.

7.5.4. Tal legislação define como sistemas alternativos de abastecimento de água: “fontes, poços comunitários, distribuição por veículo transportador, instalações condominiais horizontais e verticais”.

7.5.5. As determinações feitas em laboratório deverão atender ao estabelecido nessa Portaria, definindo a utilização de consumo para em cada localidade.

7.5.6. Ao final de cada teste de vazão deverá ser coletada uma amostra de água e enviada, imediatamente, ao laboratório para a realização de análise físico-química completa. Devem ser analisados os parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos da água do poço perfurado a fim de verificar o padrão de potabilidade que não ofereça riscos à saúde, segundo a Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências. O pagamento será realizado por unidade de água de poço analisada.

7.5.7. A amostragem da água para análise físico-química e bacteriológica deverá ser feita coletando-se 1,5-2,0 litros da água numa garrafa plástica ou de vidro, nova ou que só tenha sido utilizada com água.

7.5.8. O recipiente deverá ser lavado três vezes com a água do local que se deseja analisar e identificado com dados sobre o interessado, a procedência, local da coleta, data da coleta e enviando o mais rápido possível ao laboratório responsável pela análise. Caso não seja possível enviar no mesmo dia, colocar sob refrigeração até o momento do envio. Cuidar para no momento da coleta não deixar as mãos entrar em contato com a água. É importante também observar alguns procedimentos que dependem do local da coleta.

7.5.9. A análise em laboratório deverá utilizar os procedimentos descritos no *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* e a conclusão para potabilidade baseia-se nos parâmetros da Portaria nº 518/2004, de 25/03/2004, do Ministério da Saúde.

7.5.10. O resultado da análise físico-química e bacteriológica deverá ser apresentado em ficha individual por poço, conforme [ANEXO II](#), comparando as concentrações máximas determinadas na análise e as concentrações máximas permitidas na legislação brasileira para cada elemento dissolvido, e entregues à fiscalização.

7.6.INSTALAÇÃO DE POÇOS PROFUNDOS

7.6.1. Condições Gerais:

7.6.1.1.A instalação de poços tubulares com sistema simplificado de abastecimento de água é dividida em três etapas: instalação, reservação e distribuição.

7.6.1.2.Todos os serviços devem estar de acordo com o Termo de Referência fornecido e com estas especificações, os materiais deverão estar previstos em composições de custos unitários.

7.6.1.3.Na instalação dos poços tubulares serão utilizados bombas submersas. O painel de acionamento das bombas obedecerá ao padrão de fornecimento de energia (fases) existente do local. As potências (bomba) serão calculadas para atender ao abastecimento da comunidade, de acordo com a vazão medida.

7.6.1.4.Fazem parte dos serviços de Instalação de Poços Tubulares com Sistema Simplificado de Abastecimento de água os seguintes itens: as escavações, os reaterros, o abrigo para o painel, as tubulações, a estrutura de sustentação do reservatório (base), o reservatório de fibra de vidro com capacidade para 5.000 ou 10.000 litros (conforme necessidade), os chafarizes, o transporte de materiais, as instalações hidráulicas e os testes.

7.6.1.5.A CONTRATADA fornecerá todos os materiais necessários para o completo funcionamento do sistema de abastecimento d'água. Eventuais necessidades serão acrescentadas, desde que com a aprovação prévia da Fiscalização.

7.6.1.6.O painel é completo, com os seguintes elementos: luz indicativa de funcionamento, funcionamento automático através de boia de nível, relê falta de fase, relê de nível, boia de nível, sensor de fundo (instalado a 1,00 m acima da bomba).

7.6.1.7.O poste é no padrão da COELCE, com a caixa, raque, etc.

7.6.1.8.Os tubos e conexões das adutoras serão de PVC rígido soldável, PN 32 ou PN 40 (quando autorizado).

7.6.1.9.As bombas serão de diâmetro de 3 1/2" ou 4", para atender a altura manométrica da ordem de 100 m.c.a., com os N.D. fornecidos pela CONTRATADA. As peças e conexões serão de ferro galvanizado.

7.6.1.10. Somente serão aceitos materiais de primeira qualidade e de larga aceitação no mercado.

7.6.1.11. Não serão aceitos serviços de má qualidade e imperfeições de qualquer natureza. Serviços assim serão absolutamente recusados não sendo medidos nem pagos.

7.6.1.12. Como se trata de obras de pequeno porte, o custo eventual de itens de serviços preliminares e demais itens comuns na maioria das obras, são aqui considerados como incluídos nos preços unitários de serviços apresentados na proposta. Não serão considerados, portanto, para efeito de medição e pagamento, nenhum custo adicional, além dos itens de materiais/serviços propostos.

7.6.1.13. Todos os poços a serem instalados devem possuir análise físico-química e bacteriológica.

7.6.2. Poços instalados com bombas submersas:

7.6.2.1.Os poços serão instalados com bombas submersas com potência entre ½ e 3 CV, monofásica ou trifásica, de acordo com os testes de vazão realizados.

7.6.2.2.O sistema de distribuição será localizado ao lado do poço, devendo ficar a mais ou menos 5,50 m da boca do poço, composto de uma base circular elevada para apoio da caixa de fibra de vidro de 5.000 ou 10.000 litros. As torneiras, em número de 04 (quatro), serão instaladas no chafariz, conforme projeto padrão.

7.6.2.3.Serão considerados componentes indispensáveis à instalação dos conjuntos motobomba submersos:

a. Rede Adutora: na qual deverá ser utilizados tubos geomecânicos (PVC), de comprovada qualidade, com conexões galvanizadas. As rosas devem ser mecanicamente perfeitas e sem defeitos, para permitir o perfeito ajuste entre as partes rosqueadas. Para melhor vedação, deverá ser usada fita de teflon ou similar.

Observação: Devem-se ter cuidados especiais com a local onde os mesmos serão estocados para protegê-los da ação dos raios solares, pois, poderá provocar o ressecamento do material e ocasionar rachaduras ao longo da rede adutora da bomba, após sua instalação, no interior do poço.

b. Conexões para Controle da Vazão: Deve-se instalar um conjunto de conexões, na saída do poço, a fim de possibilitar a regulação da vazão do conjunto motobomba, de acordo com aquela preestabelecida. A rede adutora deverá ser dimensionada para proporcionar as menores perdas de carga;

c. Profundidade de Instalação do Equipamento: Será especificada de acordo com os dados obtidos ao término do teste de vazão;

d. Painel de Comando Elétrico: Projetado para o acionamento e proteção de todos os motores submersíveis (monofásico, bifásico ou trifásico);

e. Condutor Elétrico: a serem especificados de acordo com as tabelas de Queda de Tensão em Cabos, atendendo as especificações do fabricante dos motores submersíveis.

f. Para instalação do conjunto motobomba no interior do poço (descida do equipamento) as seguintes recomendações deverão ser executadas: os cabos devem ser fixos na tubulação adutora, utilizando-se de presilhas. Esta operação deverá ser repetida a cada 6 m para cabos mais leves e em espaços menores para cabos mais pesados. Não se utilizará pedaços de borracha para amarração, pois a borracha pode apodrecer e entupir o crivo da bomba, ocasionando queda de vazão e até mesmo a queima do equipamento; o conjunto motobomba deverá ser introduzido dentro do poço de acordo com os dados técnicos do mesmo. A profundidade de instalação do conjunto motobomba não influi significativamente no fluxo de água, no entanto, o nível de submersão será suficiente se o conjunto motobomba for instalado a 6 m abaixo do nível dinâmico, salientamos que a altura manométrica (dada em m.c.a. – metros de coluna de água) inicia-se a partir do nível dinâmico para cima, somando-se a perda de carga da tubulação; deve-se colocar a tampa do poço e apertar as abraçadeiras sobre o cano, fixando o cabo da instalação no painel de comando, conforme instruções em anexo no mesmo.

7.6.2.4.A localização ideal para instalação do conjunto motobomba é acima da região dos filtros nos poços revestidos e acima da entrada de água dos poços não revestidos. O conjunto deverá ser instado pelo menos 10 metros do fundo do poço, a fim de evitar a sucção de areia e/ou detritos.

7.6.3. Descrição dos Serviços:

7.6.3.1.Conjunto eletrobomba submerso: A CONTRATADA fará a instalação e montagem dos poços tubulares de acordo com a programação do DNOCS. O equipamento utilizado será de acordo com as condições locais, ou seja: existência ou não de rede elétrica. Nos locais de suprimento normal de energia elétrica, será instalado um conjunto eletrobomba submerso. O equipamento será calculado para atender o recalque até o reservatório. Serão executados ainda os seguintes serviços complementares para o perfeito funcionamento do equipamento:

· Instalação do quadro de comando (painel) e medição: Os quadros serão fixados com buchas e parafusos em parede estrutural da casa de bomba. A estrutura para fixação do quadro obedecerá as presentes especificações;

· Montagem eletromecânica de equipamentos: Nos locais onde não exista fornecimento de energia elétrica, a empreiteira fornecerá e instalará a bomba submersa. A escolha da melhor opção dependerá das condições locais e será sempre submetida à aprovação do DNOCS.

7.6.3.2.Todo trecho do poço em material consolidado e decomposto deverá ser revestido. O pagamento se dará por metro de tubo instalado.

7.6.3.3.Casa de bomba: A empreiteira executará a casa de bombas para proteção do equipamento exatamente conforme o projeto e suas especificações.

7.6.3.4.Reservação e distribuição: Tratando-se de um sistema simplificado, estes serviços devem ser executados da seguinte maneira: faz-se a captação no poço e a distribuição até o chafariz. As etapas serão conforme se descreve abaixo.

· Reservação: Será feita com anel de concreto e laje superior e inferior de concreto armado. A estrutura será toda moldada “*in loco*”. Não se admitirá nenhuma alternativa (improvisação) além da presente;

· O reservatório será de fibra de vidro, capacidade para 5.000 ou 10.000 litros. Ficará apoiado na laje e fixado com cabos de aço inoxidável, deverá ser apresentado pela CONTRATADA projeto executivo da estrutura a qual será instalada a caixa d'água;

· Deverão ser obedecidas todas as recomendações do projeto, ou seja: dimensões, materiais e detalhes técnicos. As ligações hidráulicas do reservatório serão em tubos e conexões de PVC. Haverá “saídas” com registro de boa qualidade, para limpeza e extravasor (ladrão). O “ladrão,” assim como o tubo de limpeza, deverá descer até o nível do terreno e afastar-se um mínimo de 2 metros; sempre na direção onde haja facilidade de escoamento (maior inclinação do terreno). Evitará, assim, a formação da lama ou poças d'água nas proximidades da fundação. Se tais tubos ficarem no nível do terreno, deverão ser protegidos com envelopamento de concreto simples. O registro da distribuição ficará na tubulação de saída para o chafariz;

· Chafariz: O sistema prevê apenas a distribuição através de chafariz. A construção de outro tipo de distribuição de água, somente será possível mediante consulta prévia ao DNOCS.

7.6.4. As medições serão feitas mensalmente, conforme programação mútua entre as partes. Não serão aceitas as medições de serviços inacabados, etapas defeituosas ou que estejam em desacordo com as normas técnicas do projeto e as presentes especificações.

7.6.5. Somente será medida o serviço que estiver completamente pronto, ou seja, tenha sido feita a instalação do conjunto de bombeamento, a adutora, a estrutura do reservatório (base), o reservatório e os chafarizes. Não serão aceitas pendências de qualquer natureza, pois não haverá medições parciais de um determinado sistema. O Sistema será vistoriado e testado pela Fiscalização que então fará o recebimento.

7.6.6. A CONTRATADA se obrigará a apresentar um relatório técnico dos serviços concluídos para cada poço, contendo: fichas técnicas individuais dos poços com a localidade e suas coordenadas em UTM e geográficas, número de famílias beneficiadas num raio de 2 (dois) km, tabela do teste de vazão e perfil hidrogeológico do poço e o resultado da análise físico-química e bacteriológica (potabilidade completa), em papel e em forma digital (CD/DADOS ou Pen Drive).

8. LOTE 03: Instalação de sistemas de abastecimento DE ÁGUA com geração de energia fotovoltaica

8.1.Os itens 7.1. (LAJE DE PROTEÇÃO SANITÁRIA), 7.2. (LIMPEZA E DESENVOLVIMENTO), 7.3. (TESTE DE VAZÃO), 7.4. (DESINFECÇÃO) e 7.5. (ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA) deverão ser seguidos conforme descrição acima.

8.2.INSTALAÇÃO DE POÇOS

8.2.1. Condições Gerais:

8.2.1.1.A instalação de poços tubulares será efetuada com motobomba submersa com sistema solar.

8.2.1.2.Todos os serviços devem estar de acordo com o Termo de Referência fornecido e com estas especificações, os materiais deverão estar previstos em composições de custos unitários.

8.2.1.3.Na instalação dos poços tubulares serão utilizados bombas submersas. O painel de acionamento das bombas obedecerá ao padrão de fornecimento de energia (fases) existente do local. As potências (bomba) serão calculadas para atender ao abastecimento da comunidade, de acordo com a vazão medida.

8.2.1.4.A instalação do sistema fotovoltaico, se assim for definido a sua aplicação com prévia aprovação pela fiscalização, deverá ser dimensionada para atender as características operacionais necessárias, e sua instalação estará computada no custo total do conjunto, conforme previsto em planilha orçamentária.

8.2.1.5.Para vazões acima de 1.500 l/h e/ou a critério da fiscalização, será dimensionado conjunto de bombeamento por sistema fotovoltaico de acordo com a profundidade do poço, vazão, níveis estático e dinâmico, distância e diferença de nível da caixa d'água.

8.2.1.6.A tubulação de sucção poderá ser em PVC Edutor, rosqueada, com conexões e diâmetro de 1 1/4".

8.2.1.7.Em todos os poços onde for instalado o conjunto de bombeamento fotovoltaico, será promovido a instalação de um reservatório com capacidade de 5.000 litros. Este reservatório deverá ser de polietileno, e deverá ser assentado sobre uma base construída em concreto armado pré-moldado. A base será com dimensões de 2,06 m de diâmetro e 1,10 m de altura, com medidas e profundidades suficientes para garantir sua estabilidade. A base do reservatório deverá ser pintada de branco em duas demãos com tinta à base de cal.

8.2.1.8.O espaço interno da base do reservatório deverá ser preenchido com areia. O caixão da base do reservatório, após aterrado e compactado, receberá uma laje de concreto em forma de lastro com 0,05 m de espessura, para apoio da base da caixa d'água. O concreto usado na confecção do lastro deverá ser magro, e produzido com mistura de cimento, brita e areia no traço 1:4:8, com consumo mínimo de 150 kg de cimento por m³ (15 Mpa), em pré-moldado armado.

8.2.1.9.A parte superior da base do reservatório receberá uma laje de concreto armado pré-moldada para apoio da caixa d'água. A caixa d'água deverá ser provida de, pelo menos, três saídas, além da tubulação de dreno. Toda instalação hidráulica será em PVC com tubos e conexões soldáveis (flanges, uniões, luvas, cotovelos e tubos). Na caixa d'água deverá ser pintada a logomarca do DNOCS, conforme modelo a ser fornecido pela fiscalização.

8.2.1.10. Os elementos acessórios ao poço tubular não deverão ser locados ao lado de cercas que impeçam o acesso de pessoas com carroças ou carrinhos de mãos.

8.2.1.11. Para isolar e limitar o acesso ao poço, deverá ser feito uma cerca com onze fios de arame farpado e mourão de concreto armado, com altura mínima de 2,50 m.

8.2.1.12. Somente serão aceitos materiais de primeira qualidade e de larga aceitação no mercado.

8.2.1.13. Não serão aceitos serviços de má qualidade e imperfeições de qualquer natureza. Serviços assim serão absolutamente recusados não sendo medidos nem pagos.

8.2.1.14. Como se trata de obras de pequeno porte, o custo eventual de itens de serviços preliminares e demais itens comuns na maioria das obras, são aqui considerados como incluídos nos preços unitários de serviços apresentados na proposta. Não serão considerados, portanto, para efeito de medição e pagamento, nenhum custo adicional, além dos itens de materiais/serviços propostos.

8.2.1.15. Todos os poços a serem instalados devem possuir análise físico-química e bacteriológica.

8.2.2. Especificações Técnicas:

8.2.2.1.Os sistemas elétricos necessários ao suprimento e funcionamento dos sistemas de bombeamento serão de 02 tipos:

- GRID 1 - sistema elétrico para bombas submersas de 3/4 CV (aproximadamente 60 mca). Neste sistema a vazão mínima é de 2 m³/h;
- GRID 2 - sistema elétrico para bombas submersas de 3 CV (aproximadamente 200 mca). Neste sistema a vazão mínima é de 4 m³/h.

8.2.2.2.Características gerais inerentes a todos os sistemas (GRIDS):

a. O sistema elétrico deve possuir proteção contra condições potencialmente prejudiciais, tais como: picos de tensão, baixa carga, baixa tensão, bomba travada, circuito aberto, curto circuito, superaquecimento da unidade de controle, operação sem água (a seco) e polaridade CC invertida;

b. Características principais:

- Motor elétrico trifásico. O inversor deverá fornecer uma tensão compatível com a carga (motobomba submersa);
- Sistema que busca a máxima eficiência de bombeamento;
- Motobomba com elevada tecnologia e reconhecida durabilidade;
- Estrutura com grau de proteção Nema tipo 4 (IP56), com máxima proteção para ambientes internos e externos e contra danos causados por animais, insetos, sujeira, entre outros;
- Conexões de entrada de corrente contínua (CC) e saída corrente alternada (CA);
- Indicação do status de operação através de LED;
- Terminal previsto para comunicação de dados adicionais;
- Partida suave, evitando golpe de ariete no acionamento do sistema;
- Fácil instalação;
- Possui sistema de diagnóstico e proteção;
- Acionamento de liga e desliga por disjuntor.

c. Principais componentes dos sistemas:

- Motobomba conforme dimensionamento necessário ao perfeito funcionamento do sistema;
- Unidade de controle e proteção - inversor de frequência - adequado ao tamanho da motobomba e painéis solares. O sistema inversor deverá estar acondicionado junto com os demais componentes elétricos de comando e proteção em painel metálico fixado na estrutura metálica autosuportante dos painéis solares;
- Painel solar em quantidade suficiente para suprir a energia demandada pelo sistema;
- Disjuntor entre o painel solar e o inversor para operação de manutenção do sistema;
- Sensor de fluxo antes do reservatório. Um comutador de fluxo deve ser fornecido para detectar condições de fluxo baixo ou sem fluxo e evitar danos à bomba, ao motor e ao encanamento. Em momentos de luz solar limitada, um ponto será alcançado onde não há energia solar suficiente para fornecer fluxo adequado. A bomba irá atingir uma condição de *deadhead*, significando que a bomba está girando, mas não há água em movimento contínuo. A operação em uma condição de *deadhead* pode superaquecer a bomba, o motor e, posteriormente, o encanamento, já que nenhuma água em movimento retira o calor. O fluxostato detecta um fluxo adequado, permitindo operação contínua ou detecta zero ou baixo, permitindo um modo de operação "*deadhead*" que alterna um intervalo de tempo de execução e um resfriamento para evitar superaquecimento do motor e da bomba. Após um certo período de tempo de execução, se o fluxostato não detectar o fluxo, apresentará um código de falha;
- Disjuntor para acionamento manual do sistema pelo operador do sistema;
- Estrutura metálica para suporte dos painéis;
- Conectores, cabos e acessórios;
- Painel Metálico para acondicionamento do inversor e demais elementos de comando e proteção elétrica.

8.2.2.3.Cabos (conexão painel - inversor):

- Material do condutor: Cobre eletrolítico estanhado, têmpera mole, encordoamento classe 5;
- Classe do condutor: de acordo com a DIN VDE 0295 classe 5 e IEC 60228 classe 5;
- Isolamento da Veia: Composto poliolefinico termofixo não halogenado com baixa emissão de fumaça, não propagante a chama, na cor natural;
- Cobertura: Composto poliolefinico termofixo não halogenado com baixa emissão de fumaça, não propagante a chama e com resistência a intempéries;
- Fabricado na cor preta;
- Voltagem nominal: (0,6/1Kv CA-AC) (1,8 kV CC-DC);

- Resistência do condutor: de acordo com a DIN VDE 0295 classe 5 e IEC 60228 classe 5;
- ABNT NBR 16612 – Cabos de potência para sistemas fotovoltaicos, não halogenados, isolados, com cobertura, para tensão de até 1,8 kV C.C. entre condutores – Requisitos de desempenho;
- Bitola: conforme dimensionamento a ser apresentado a fiscalização.

DESCRIÇÃO PAINEL SOLAR-INVERSOR**INVERSOR - MOTOBOMBA**

GRID 1	Cabo solar conforme especificação, bitola mínima 4 mm ²	Cabo com bitola mínima de 3 x 4 mm ² + 1 x 4 mm ² , isolamento EPR ou HEPR 1KV
GRID 2	Cabo solar conforme especificação, bitola mínima 4 mm ²	Deverá ser realizado cálculo em função da profundidade do poço versus queda de tensão não superior a 2%, garantindo a bitola mínima de 6 mm ² e isolamento EPR ou HEPR 1KV

8.2.2.4. Inversor de Frequência para Sistema Fotovoltaico:

- IP 55;
- Garantia mínima de 5 anos;
- Tipo off grid - não conectado a rede da concessionária;
- Deve estar acondicionado em painel metálico junto com os demais acessórios do sistema;
- Conforme IEC 62109-1;
- Compatível com a quantidade de painéis solares e com a carga acoplada;
- Controle - MPPT;
- Entradas Digitais;
- IHM - IHM inclusa;
- Operação - Controle do tempo de aceleração e desaceleração, torque boost, parada forçada através de CC, modo CLP simplificado, frequência multistágios, entre outros;
- Proteção - Proteção contra sub/sobre tensão, contra sobre corrente, auto diagnósticos e reset automático (caso seja necessário), proteção contra falta de fase, sobretemperatura no inversor, sobrecarga no motor, curto-circuito, proteção contra falhas externas, falhas de comunicação e interferências eletromagnéticas;
- Guia de instalação em Português;
- Suporte técnico em horário comercial;
- Refrigeração - Ventilação forçada;
- Temperatura Ambiente - -10°C ~ +40°C;
- Deverá ser apresentada a folha de dados do equipamento para aprovação da fiscalização;
- Modelo referência Schneider motobombas / Franklin electric UNIDADE DE CONTROLE SOLAR FHDOTON FD Solar 3.7KW N4 / FD Solar 0.55KW N4.

8.2.2.5. Bomba Submersa:

- Bomba submersa para utilização em sistemas fotovoltaicos;
- Tipo centrífuga 31/2";
- Material: aço inox, motor e tomada;
- Motor blindado;
- Rolamento NSK;
- Similar ou superior a marca SCHNEIDER/Leão.

8.2.2.6. Placa Solar:

- Potência: $\geq 300W_p$ (*Sob Temperatura Operacional Nominal Célula (NOCT), irradiação de 800 W/m², espectro AM 1.5, temperatura ambiente de 20°C, velocidade do vento 1 m/s). Modelo referência: Canadian Solar Inc NMOT CS3W 405P OU SUPERIOR;
- Tolerância de Potência: 0 ~ +3%;
- Eficiência: >16%;
- Temperatura Operacional: até 85 °C;
- Classe: A;
- Modelo: Policristalino de 72 células;
- Embalagem: caixa de papelão duplo, revestido nas bases com madeira para que as peças não cheguem avariadas;
- Garantia: 25 anos de garantia para potência de saída linear;
- Certificação: INMETRO;
- Proteção contra incêndio TIPO I (UL 1703) ou CLASSE C (IEC 61730);
- Vidro dianteiro: Vidro temperado de 3.2 mm;
- Material do marco: Alumínio anodizado;
- J-Box: IP68, 3 diodos;
- Cabo 4 mm² (IEC);
- Conectores T4 series;
- Quantidade: compatível com a carga. memória de cálculo deverá ser apresentada a fiscalização;
- Inclinação: igual a latitude do local.

8.2.2.7. Estrutura Metálica para Painéis Solares:

- Fixação na estrutura no solo. Deverá ser realizada base de concreto compatível com a carga da estrutura. Deverá ser apresentado cálculo a fiscalização;

- Deverá suportar ventos conforme NBR 6123;
- Aço zincado segundo norma NBR 6323;
- Dimensionamento estrutural segundo NBR 8800;
- Vigas e clamps em alumínio 6063-T6 de alta resistência;
- Parafusos dos clamps em aço inox;
- Tipos de estrutura: ANEXO VII.

Observação: O desenho e especificação técnica da estrutura metálica a ser fornecida e instalada pela contratada deverá ter a aprovação da fiscalização.

8.2.2.8. PAINEL METÁLICO:

- Padrão Cemar / Brum ou similar;
- IP 66;
- Totalmente construído em chapa de aço 2 mm. Dobradiças de aço e reforçadas;
- Pintura eletrostática a pó na cor RAL 7032;
- Placa de montagem, em chapa de aço 2 mm. Pintura eletrostática a pó na cor RAL 2003;
- Prensa cabos;
- O painel metálico com seus componentes internos de comando e proteção elétrica deverão estar fixados na própria estrutura metálica que suporta os painéis solares;
- O sistema deverá ser aterrado com haste cobreada copperweld para aterramento 254 micr d= 5/8" x 3,00 m;
- O cabo elétrico que sai do painel e alimenta a bomba submersa deverá ser conduzido dentro de eletroduto PVC rígido de bitola não inferior a 3/4";
- Todos os custos com o eletroduto, terminais e demais acessórios ao perfeito funcionamento do sistema deverão estar contemplados na proposta.

8.2.2.9. Esquema Ilustrativo do Sistema: ANEXO VII.

8.2.3. As medições serão feitas mensalmente, conforme programação mútua entre as partes. Não serão aceitas as medições de serviços inacabados, etapas defeituosas ou que estejam em desacordo com as normas técnicas do projeto e as presentes especificações.

8.2.4. Somente será medida o serviço que estiver completamente pronto, ou seja, tenha sido executado todos os serviços supracitados. Não serão aceitas pendências de qualquer natureza, pois não haverá medições parciais de um determinado sistema. O sistema será vistoriado e testado pela Fiscalização que então fará o recebimento.

8.2.5. A CONTRATADA se obrigará a apresentar um relatório técnico dos serviços concluídos para cada poço, contendo: fichas técnicas individuais dos poços com a localidade e suas coordenadas em UTM e geográficas, profundidade, vazão, nível estático e dinâmico, número de famílias beneficiadas num raio de 2 (dois) km, teste de vazão e perfil hidrogeológico do poço e o resultado da Análise Físico-Química e Bacteriológica (potabilidade completa), em papel e em forma digital (CD/DADOS ou Pen Drive).

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1.A CONTRATANTE irá designar Comissão de Fiscalização para exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços.

9.2.A Fiscalização perfilará os poços locados pela CONTRATADA com o objetivo de evidenciar a correta realização dos serviços.

9.3.A Fiscalização informará oficialmente ao DNOCS, quaisquer serviços ou ações que estiverem em desacordo com o CONTRATO. Informará ainda à CONTRATADA, oficialmente, as ações corretivas necessárias, ficando a CONTRATADA na obrigação do acato dessas ações, no tempo determinado, sob pena de suspensão do CONTRATO. A Fiscalização terá livre acesso as informações por parte da CONTRATADA.

9.4.Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulado qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente do DNOCS quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

9.5.A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução dos serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.6.A comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE deverá ser sempre por escrita, preferencialmente através de Ofício, entretanto também poderão ser aceitas comunicações por meio eletrônico, como e-mail, para fins de fiscalização contratual.

9.7.A forma de medição/aferação dos serviços será por intermédio das planilhas de controle, mediante verificação por parte da equipe de Fiscalização da real execução dos serviços. A medição terá como base a unidade do serviço prestado, sendo que o pagamento deverá ser efetuado após a entrega do relatório técnico de conclusão.

9.8. RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS

9.8.1. No decorrer dos serviços, a CONTRATADA providenciará toda a documentação exigida sob sua responsabilidade. No momento da conclusão do sistema se processará o recebimento provisório da mesma.

9.8.2. A CONTRATADA e a Fiscalização providenciarão os seguintes itens e documentos que subsidiarão a formalização do recebimento dos serviços:

- Cadastro de cada Sistema realizado em conformidade com os Indicadores de Construção;
- Documentação classificada se for o caso, de todo o material resultante do controle tecnológico utilizado para execução dos serviços, avaliação de qualidade dos materiais e serviços;
- Documentação classificada de todo o material de mensuração – medições e memória;
- Documentação classificada de todo o material resultante de alterações e complementações de projeto utilizado na execução dos serviços, se for o caso;
- Documentação classificada de todo o material de cumprimento à Legislação Ambiental utilizado na construção;
- Documentação classificada nomeando os técnicos ao nível da CONTRATADA e da CONTRATANTE, ao nível de responsabilidade civil, utilizados na construção, bem como a função desempenhada por esses e os períodos de atuação dos mesmos;
- "*As built*" da obra.

9.8.3. Para consecução destes objetivos algumas verificações se fazem necessárias:

- Inspecção documentada das condições a época do recebimento dos diversos componentes do empreendimento;
- Inspecção documentada das condições a época do recebimento dos locais afetados pela construção no que respeita a sua efetiva recomposição e/ou recuperação;
- Esses materiais devem ser consolidados em documento único contendo informações sobre a forma de apresentação, conclusões que a CONTRATADA julgue conveniente, devidamente fundamentado para justificar a entrega do empreendimento;
- O ato formal de recebimento provisório dos serviços será lavrado em documento assinado pelas partes, fazendo referência a toda a documentação requerida e de responsabilidade das partes.

9.9. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

9.9.1. Concluídas todas os serviços constantes do CONTRATO, no prazo estabelecido no Termo de Referência, a CONTRATANTE constituirá a Comissão prevista na Legislação, para o recebimento definitivo dos serviços.

9.9.2. O ato formal de recebimento definitivo dos serviços será lavrado em documento assinado pela Comissão. É intuitivo que a lavratura deste ato só se fará na medida em que os assuntos pendentes, considerados legais e procedentes, tenham sido atendidos. A Comissão de recebimento será o fórum decisor de conflitos decorrentes.

9.9.3. Todo este procedimento está embasado no conceito de que estão asseguradas as partes, as responsabilidades civis inerentes à atividade de engenharia, no ato da finalização do serviço.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - 10.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - 10.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 10.6.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 10.10. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.11. Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
 - a. "*as built*", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - b. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - c. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - d. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
 - e. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
 - f. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 10.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.11. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.15. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de

acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da IN SEGES/MP nº 5/2017:

11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.24. Responsabilizar-se pelas plenas condições de uso e funcionamento de bem adquirido quando não se tratar de equipamento novo, nos termos do art. 4º-A da Lei nº 13.979/20.

11.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE.

11.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

11.27. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

11.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

11.29. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

11.30. Instruir os seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE.

11.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11.32. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

11.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.

11.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

11.35. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010).

11.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

11.37. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

11.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

11.39. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

11.40. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

11.40.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

11.40.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

11.40.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

11.40.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

11.41. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

11.41.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

11.41.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

b. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

c. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

d. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

11.41.3. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

11.41.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.42.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.42.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas

visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.42.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de pagamento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

11.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

11.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

11.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.).

11.46. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela CONTRATADA, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

11.47. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

15.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

15.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

15.1.3. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

15.2. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.2.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

15.2.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

15.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

15.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executado.

15.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.2.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

15.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

15.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos /substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. O prazo de validade;

16.4.2. A data da emissão;

16.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. O período de prestação dos serviços;

16.4.5. O valor a pagar; e

16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

16.6.1. Não produziu os resultados acordados;

16.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = [(TX/100)/365] \rightarrow I = [(6/100)/365] \rightarrow I = 0,00016438$;

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrecorríveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-DI exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

18.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

18.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12. Será considerada extinta a garantia:

18.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

18.14. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no no Edital e no Contrato.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

19.1.5. Cometer fraude fiscal;

19.1.6. Não manter a proposta.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 01

GRAU CORRESPONDÊNCIA

01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 02

INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
03	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

Para os itens a seguir, deixar de:

05	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
06	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

07	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e 03 por ocorrência;	
08	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Edital/Contrato;	01
09	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

19.5.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. A CONTRATADA deverá apresentar os seguintes critérios de qualificação técnica:

20.2.1. Prova de inscrição ou registro do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, responsáveis técnicos: geólogo, engenheiro civil, engenheiro mecânico e engenheiro eletricitista, da localidade da sede da proponente;

20.2.2. Comprovação da capacidade técnico-operacional do licitante, a ser feita por intermédio de certidão(ões) fornecida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em que figurem o nome do responsável técnico do licitante, constante da Certidão de Registro da Empresa junto ao Conselho Profissional respectivo, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA (CAT), e esta(s) deverá(ão) vir(em) acompanhada(s) do(s) seu(s) respectivo(s) atestado(s), devidamente registrado(s) e reconhecido(s) pelo Conselho, e/ou que comprove(m):

20.2.2.1. Execução de estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos, na quantidade mínima de 100 (cem) estudos;

20.2.2.2. Execução de serviços de instalação de sistema simplificado de abastecimento de água, na quantidade mínima de 200 (duzentos) instalações.

20.2.2.3. Execução de serviços de instalação de sistemas de abastecimento com geração de energia fotovoltaica, na quantidade mínima de 50 (cinquenta) instalações.

20.2.3. Comprovação do licitante possuir como responsável técnico ou em seu quadro técnico, na data prevista para a entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior, sendo estes, geólogo, engenheiro civil, engenheiro mecânico e engenheiro eletricitista, reconhecido(s) pelo CREA, detentor (es) de CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO que comprove, a execução de serviços com as mesmas características técnicas do objeto da presente licitação, ou similares como: execução de estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos; execução de serviços de instalação de sistema simplificado de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz; e execução de serviços de instalação de sistemas de abastecimento de água com geração de energia fotovoltaica.

20.2.4. No caso do(s) profissional(is) não constar(em) da relação de responsável(is) técnico(s) junto ao CREA, o acervo técnico (CAT) do profissional será aceito, desde que ele comprove vínculo com o licitante, por meio de um dos seguintes documentos:

20.2.4.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Ficha ou Livro de Registros de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional, Guia de Recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) profissionais;

20.2.4.2. Contrato de Prestação de Serviço celebrado de acordo com a legislação civil comum;

20.2.4.3. Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

20.2.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Termo de Referência, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

20.2.6. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

20.2.7. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

20.3. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

20.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ESTUDOS GEOFÍSICOS E HIDROGEOLÓGICOS E INSTALAÇÃO DE POÇOS PÚBLICOS PROFUNDOS

DISCRIMINAÇÃO	MÊS/PORCENTAGEM/DESEMBOLSO (R\$)				TOTAL
ESTUDOS GEOFÍSICOS E HIDROGEOLÓGICOS	0 – 3	3 – 6	6 – 9	9 – 12	
PARA A DESIGNAÇÃO DE LOCAIS PARA A	25%	25%	25%	25%	1.450.000,00
PERFURAÇÃO DE POÇOS PROFUNDOS	362.500,00	362.500,00	362.500,00	362.500,00	
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO	0 – 3	3 – 6	6 – 9	9 – 12	
DE ÁGUA COM BOMBA SUBMERSA E CHAFARIZ	25%	25%	25%	25%	12.594.488,16
	3.148.622,043.148.622,043.148.622,04	3.148.622,043.148.622,043.148.622,04	3.148.622,043.148.622,043.148.622,04	3.148.622,043.148.622,043.148.622,04	
INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO	0 – 3	3 – 6	6 – 9	9 – 12	
DE ÁGUA COM GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA	25%	25%	25%	25%	3.599.000,00
	899.750,00	899.750,00	899.750,00	899.750,00	
DESEMBOLSO ACUMULADO (%)	25%	50%	75%	100%	
DESEMBOLSO ACUMULADO (R\$)	4.410.872,048.821.744,0813.232.616,1217.643.488,16				
VALOR TOTAL (R\$)					17.643.488,16

21.1. Quanto aos prazos de execução dos serviços:

21.1.1. O prazo total de cada lote será de 12 (doze) meses, conforme Cronograma Físico-Financeiro acima;

21.1.2. Os quantitativos demandados pela Administração terão prazos proporcionais aos estabelecidos no Item anterior.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 17.643.488,16** (dezesete milhões, seiscientos e quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos), detalhados nos itens a seguir.

22.2. **Estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos:**

ITEM	FONTES	CÓD.	TIPO	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VL.R. UNITÁRIO	VL.R. TOTAL (R\$)
1.0	COTAÇÃO			ESTUDOS GEOFÍSICOS E HIDROGEOLÓGICOS PARA A DESIGNAÇÃO DE LOCAIS PARA A PERFURAÇÃO DE POÇOS PROFUNDOS	UN	500	2.900,00	1.450.000,00
TOTAL GERAL								R\$ 1.450.000,00

Importa o valor da presente planilha em **R\$ 1.450.000,00** (Um milhão, quatrocentos e cinquenta mil reais).

22.3. **Instalação de sistema simplificado de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz:**

Mês/Ano de coleta dos preços SINAPI sem Desoneração: Agosto/2020

Mês/Ano de coleta dos preços SICRO sem Desoneração: Janeiro/2020

Tabela SEINFRA 026 sem Desoneração

BDI: 24,18% (Serviços) – 15,28% (Materiais)

Total de 500 Poços.

ITEM	FONTES	CÓD.	TIPO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VLR. UNITÁRIO (SEM BDI)	BDI (%)	VLR. BDI	VLR. UNITÁRIO (COM BDI)	VLR. TOTAL (R\$)
1.0				SERVIÇOS INICIAIS							2.595.821,47
1.1	ORC. 01.01	COMPOSIÇÕES		MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS	UN	500,00	96,75	24,18%	23,39	120,14	60.072,08
1.2	ORC. 01.02	COMPOSIÇÕES		DESMOBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS	UN	500,00	96,75	24,18%	23,39	120,14	60.072,08
1.3	SEINFRA C3367	S		PLACA DE SINALIZAÇÃO DE OBRA EM AÇO GALVANIZADO	M²	3.000,00	664,54	24,18%	160,69	825,23	2.475.677,32
2.0				INSTALAÇÃO DO POÇO E CAPTAÇÃO							4.210.013,79
2.1	SEINFRA C3496	S		MONTAGEM DE TUBOS, CONEXÕES E PCS, ELEVATÓRIA CAP ATÉ 5 L/S	UN	500,00	1.634,12	24,18%	395,13	2.029,25	1.014.625,11
2.2	SINAPI 10587	M		BOMBA SUBMERSA MONOFÁSICA PARA POÇO TUBULAR PROFUNDO	UN	500,00	2.869,40	15,28%	438,44	3.307,84	1.653.922,16
2.3	SEINFRA C2065	M		QUADRO DE COMANDO – COMPLETO	UN	500,00	321,97	15,28%	49,20	371,17	185.583,51
2.4	SINAPI 1796	M		CURVA DE 90ºFG, Ø 1 1/4"	UN	500,00	41,52	15,28%	6,34	47,86	23.932,13
2.5	SINAPI 9888	M		LUVA DE UNIÃO FG, Ø 1 1/4"	UN	500,00	33,42	15,28%	5,11	38,53	19.263,29
2.6	SINAPI 3911	M		LUVA SIMPLES Ø 1 1/4"	UN	1.000,00	11,25	15,28%	1,72	12,97	12.969,00
2.7	SINAPI 4180	M		NIPLE FG, Ø 1 1/4"	UN	1.000,00	10,22	15,28%	1,56	11,78	11.781,62
2.8	SINAPI 9861	M		TUBO DE PVC ROSCÁVEL, Ø 1 1/4"	M	30.000,00	18,91	15,28%	2,89	21,80	653.983,44
2.9	SICRO M2386	M		CORDA DE NYLON 10 MM	M	37.500,00	3,20	15,28%	0,49	3,69	138.336,00
2.10	SINAPI 39257	M		CABO PP 3 X 1,5 MM² ANTI CHAMA	M	25.000,00	3,38	15,28%	0,52	3,90	97.411,60
2.11	SINAPI 34624	M		CABO PP 4 X 2,5 MM² ANTI CHAMA	M	30.000,00	4,32	15,28%	0,66	4,98	149.402,88
2.12	SEINFRA I7380	M		HASTE DE ATERRAMENTO 3 M X 5/8" COBREADA	CJ	500,00	39,40	15,28%	6,02	45,42	22.710,16
2.13	SINAPI 11669	M		REGISTRO DE ESFERA Ø 1 1/4"	UN	500,00	22,90	15,28%	3,50	26,40	13.199,56
2.14	SINAPI 404	M		FITA ISOLANTE DE ALTA FUSÃO, 10 M	M	5.000,00	1,59	15,28%	0,24	1,83	9.164,76
2.15	SINAPI 3143	M		FITA VEDA ROSCA 25 M	UN	1.000,00	6,53	15,28%	1,00	7,53	7.527,78
2.16	SINAPI 790	M		BUCHA DE REDUÇÃO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2" X 1 1/4"	UN	500,00	12,43	15,28%	1,90	14,33	7.164,65
2.17	SINAPI 109	M		ADAPTADOR 40 MM X 1 1/4"	UN	500,00	2,49	15,28%	0,38	2,87	1.435,24
2.18	SINAPI 812	M		BUCHA DE REDUÇÃO DE PVC, SOLDÁVEL, 40 X 32 MM	UN	500,00	1,41	15,28%	0,22	1,63	812,72
2.19	SINAPI 12532	M		ANEL CONCRETO ARMADO D = 0,60 M, H = 0,50 M	UN	2.000,00	51,71	15,28%	7,90	59,61	119.222,58
2.20	SEINFRA I6094	M		TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO D = 0,60 M, H = 0,05 M	UN	1.000,00	33,45	15,28%	5,11	38,56	38.561,16
2.21	SINAPI 20089	M		CAP PVC, SERIE R, DN 150 MM (TAMPA PARA POÇO)	UN	500,00	50,32	15,28%	7,69	58,01	29.004,45
3.0				INSTALAÇÃO ELÉTRICA							533.665,70
3.1	SEINFRA I2405	M		POSTE EM CONCRETO ARMADO, DUPLO T, 150/9	UN	500,00	436,84	15,28%	66,75	503,59	251.794,58
3.2	SINAPI 1062	M		QUADRO DE MEDIÇÃO TRIFÁSICO PADRÃO COELCE	UN	500,00	173,05	15,28%	26,44	199,49	99.746,02
3.3	SINAPI 34616	M		DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR DE 6 ATE 32A	UN	500,00	42,04	15,28%	6,42	48,46	24.231,86
3.4	SINAPI 2674	M		ELETRODUTO RÍGIDO Ø 3/4"	M	1.500,00	3,31	15,28%	0,51	3,82	5.723,65

3.5	SINAPI	1879	M	CURVA 90° P/ ELETRODUTO RÍGIDO Ø 3/4"	UN	1.000,00	1,98	15,28%	0,30	2,28	2.282,54
3.6	SINAPI	1891	M	LUVA PARA ELETRODUTO RÍGIDO Ø 3/4"	UN	3.500,00	0,86	15,28%	0,13	0,99	3.469,93
3.7	SINAPI	1198	M	CAPS PVC PARA ELETRODUTO RÍGIDO Ø 3/4"	UN	500,00	1,59	15,28%	0,24	1,83	916,48
3.8	SINAPI	982	M	CABO 6,00 MM P/ INSTALAÇÃO	M	40.000,00	3,10	15,28%	0,47	3,57	142.947,20
3.9	SINAPI	21127	M	FITA ISOLANTE, TAMANHO 5,00 M	UN	500,00	4,43	15,28%	0,68	5,11	2.553,45
4.0	CONSTRUÇÃO DE CHAFARIZ										2.428.606,94
4.1	CONSTRUÇÃO DE CHAFARIZ – SERVIÇOS										560.573,36
4.1.1	SICRO	4805749	S	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	500,00	54,10	24,18%	13,08	67,18	33.590,69
4.1.2	SINAPI	94319	S	ATERRO APOIADO (MANUAL) EM CAMADAS DE 20 CM COM MATERIAL DE EMPRÉSTIMO	M3	250,00	35,60	24,18%	8,61	44,21	11.052,02
4.1.3	SINAPI	94963	S	CONCRETO FCK = 15 MPA, PREPARO COM BETONEIRA, SEM LANÇAMENTO	M3	250,00	293,09	24,18%	70,87	363,96	90.989,79
4.1.4	SINAPI	92873	S	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO	M3	250,00	162,46	24,18%	39,28	201,74	50.435,71
4.1.5	SINAPI	87692	S	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 5 CM PREPARO MANUAL	M2	1.000,00	40,30	24,18%	9,74	50,04	50.044,54
4.1.6	SINAPI	87524	S	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9 X 14 X 19 CM (ESPESSURA 9 CM), PREPARO MANUAL	M3	250,00	73,25	24,18%	17,71	90,96	22.740,46
4.1.7	SINAPI	98682	S	PISO CIMENTADO TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), COM ACABAMENTO RUSTICO ESPESSURA 3CM, PREPARO MECÂNICO	M2	1.500,00	30,75	24,18%	7,44	38,19	57.278,03
4.1.8	SINAPI	74202/001	S	LAJE PRÉ-MOLDADA P/FORRO, SOBRECARGA 100KG/M2, VÃOS ATE 3,50 M / E = 8 CM	M2	1.000,00	64,13	24,18%	15,51	79,64	79.636,63
4.1.9	SINAPI	88489	S	PINTURA LATEX ACRÍLICA, DUAS DEMÃOS	M2	500,00	13,13	24,18%	3,17	16,30	8.152,42
4.1.10	SEINFRA	C2899	S	PINTURA LOGOTIPO	UN	500,00	252,30	24,18%	61,01	313,31	156.653,07
4.2	CONSTRUÇÃO DE CHAFARIZ – MATERIAIS										1.868.033,59
4.2.1	SINAPI	37105	M	CAIXA D'ÁGUA FIBRA DE VIDRO PARA 5.000 LITROS, COM TAMPA	UN	500,00	1.722,10	15,28%	263,14	1.985,24	992.618,44
4.2.2	SINAPI	12547	M	ANEL OU ADUELA CONCRETO ARMADO D = 1,00 M, H = 0,50 M	UN	500,00	91,26	15,28%	13,94	105,20	52.602,26
4.2.3	SEINFRA	I6096	M	TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO D = 1,00 M, H = 0,05 M	UN	500,00	81,76	15,28%	12,49	94,25	47.126,46
4.2.4	SINAPI	1957	M	CURVA DE PVC 90°, SOLDÁVEL, 32 MM	UN	2.000,00	5,02	15,28%	0,77	5,79	11.574,11
4.2.5	SINAPI	9869	M	TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM	M	50.000,00	5,99	15,28%	0,92	6,91	345.263,60
4.2.6	SINAPI	5090	M	CADEADO SIMPLES/COMUM, EM LATÃO MACICO CROMADO, INCLUI 2 CHAVES	UN	500,00	14,90	15,28%	2,28	17,18	8.588,36
4.2.7	SEINFRA	I0335	M	CABO AÇO 3/16"	M	3.000,00	4,23	15,28%	0,65	4,88	14.629,03
4.2.8	SINAPI	119	M	ADESIVO PARA PVC BISNAGA COM 75 GR	UN	500,00	4,85	15,28%	0,74	5,59	2.795,54
4.2.9	SINAPI	3255	M	FLANGE PVC C/ ROSCA SEXTAVADO S/FUROS REF. ¾"	UN	500,00	5,46	15,28%	0,83	6,29	3.147,14
4.2.10	SINAPI	3251	M	FLANGE PVC C/ ROSCA SEXTAVADO S/FUROS REF. ½"	UN	2.500,00	3,80	15,28%	0,58	4,38	10.951,60
4.2.11	SINAPI	39022	M	PORTA EM AÇO, TIPO VENEZIANA, COM FUNDO ANTICORROSIVO	UN	500,00	535,90	24,18%	129,58	665,48	332.740,31
4.2.12	SINAPI	11831	M	TORNEIRA PLÁSTICA 3/4" P/ TANQUE	UN	2.000,00	19,95	15,28%	3,05	23,00	45.996,72
5.0	SERVIÇOS										2.826.380,26

5.1	ORC. 01.03	COMPOSIÇÕES	DESENVOLVIMENTO C/ COMPRESSOR (6 horas por poço)	H	3.000,00	305,23	24,18%	73,80	379,03	1.137.103,84
5.2	ORC. 01.04	COMPOSIÇÕES	TESTE DE BOMBEAMENTO COM COMPRESSOR (12 horas por poço)	H	6.000,00	179,20	24,18%	43,33	222,53	1.335.183,36
5.3	ORC. 01.05	COMPOSIÇÕES	ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DE ÁGUA	UN	500,00	570,29	24,18%	137,90	708,19	354.093,06
TOTAL GERAL										12.594.488,16

Importa o valor da presente planilha em R\$ 12.594.488,16 (doze milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos).

Mês/Ano de coleta dos preços SINAPI sem Desoneração: Agosto/2020

Tabela SEINFRA 026 sem Desoneração

BDI: 24,18%

Código:	ORC 01.01	Unidade:	un
Descrição:	Mobilização de Pessoal e Equipamentos		
Fonte:	SICRO	Mês/Ano de Coleta:	Janeiro/2020
Cód. Insumo	Desc. Do Insumo	Unid.	Quant. P. Unit. (R\$) P. Total (R\$)
MÃO DE OBRA			
			0,00
Sub total MO (com os encargos Sociais):			0,00
MATERIAIS			
SICRO 5914479	Transporte com caminhão carroceria de 15 T – rodovia pavimentada.	txkm	225,00 0,43 96,75
			0,00
Sub total MATERIAIS:			96,75
EQUIPAMENTOS			
			0,00
Sub total EQUIPAMENTOS:			0,00
Total (MO + MAT + EQUI):			96,75
BDI (24,18)%:			23,39
PREÇO UNITÁRIO TOTAL:			120,14

Código:	ORC 01.02	Unidade:	un
Descrição:	Desmobilização de Pessoal e Equipamentos		
Fonte:	SICRO	Mês/Ano de Coleta:	Janeiro/2020
Cód. Insumo	Desc. Do Insumo	Unid.	Quant. P. Unit. (R\$) P. Total (R\$)
MÃO DE OBRA			
			0,00
Sub total MO (com os encargos Sociais):			0,00
MATERIAIS			

SICRO 5914479	Transporte com caminhão carroceria de 15 T – rodovia pavimentada.	txkm	225,00	0,43	96,75
					0,00
Sub total MATERIAIS:					96,75
EQUIPAMENTOS					0,00
Sub total EQUIPAMENTOS:					0,00
Total (MO + MAT + EQUI):					96,75
BDI (24,18)%:					23,39
PREÇO UNITÁRIO TOTAL:					120,14

Código:	ORC 01.03	Unidade:	h
Descrição:	Desenvolvimento com Compressor (350 psi / 900 cfm)		
Fonte:	CODEVASF/SINAPI	Mês/Ano de Coleta:	Junho/2016
Cód. Insumo	Desc. Do Insumo	Unid.	Quant. P. Unit. (R\$) P. Total (R\$)

MÃO DE OBRA

SINAPI 4250	Operador de compressor ou Compressorista	h	1,00	14,92	14,92
SICRO P9836	Geólogo	h	1,00	122,64	122,64
					0,00
Sub total MO (com os encargos Sociais):					137,56

MATERIAIS

SINAPI 4221	Óleo diesel comum	l	5,00	3,48	17,40
					0,00
Sub total MATERIAIS:					17,40

EQUIPAMENTOS

SINAPI 90999	Compressor de ar diesel rebocável 400PCM	h	1,00	58,47	58,47
SICRO E9687	Caminhão carroceria com capacidade de 5 T – 115 kW.	h	1,00	91,80	91,80
					0,00
Sub total EQUIPAMENTOS:					150,27
Total (MO + MAT + EQUI):					305,23
BDI (24,18)%:					73,80
PREÇO UNITÁRIO TOTAL:					379,03

Código:	ORC 01.04	Unidade:	h
Descrição:	Teste de Vazão com Compressor (125/150) (<100m) (até 12 h)		
Fonte:	CODEVASF/SINAPI	Mês/Ano de Coleta:	Junho/2016
Cód. Insumo	Desc. Do Insumo	Unid.	Quant. P. Unit. (R\$) P. Total (R\$)

MÃO DE OBRA

SINAPI 4250	Operador de compressor ou Compressorista	h	1,00	14,92	14,92
SINAPI 6111	Servente	h	1,00	10,12	10,12
SICRO P9836	Geólogo	h	1,00	122,64	122,64

0,00

Sub total MO (com os encargos Sociais): 147,68

MATERIAIS

SINAPI 4221	Óleo diesel comum	l	4,00	3,48	13,92
----------------	-------------------	---	------	------	-------

0,00

Sub total MATERIAIS: 13,92

EQUIPAMENTOS

SINAPI 90964	Compressor de ar diesel rebocável 89PCM	h	1,00	17,60	17,60
-----------------	---	---	------	-------	-------

0,00

Sub total EQUIPAMENTOS: 17,60

Total (MO + MAT + EQUI): 179,20

BDI (24,18)%: 43,33

PREÇO UNITÁRIO TOTAL: 222,53

Código: ORC 01.05 Unidade: un

Descrição: Análise Físico-Química e Bacteriológica

Fonte: ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe Mês/Ano de Coleta: Junho/2020

Cód. Insumo Desc. Do Insumo Unid. Quant. P. Unit. (R\$) P. Total (R\$)

MÃO DE OBRA

0,00

Sub total MO (com os encargos Sociais): 0,00

MATERIAIS

0,00

Sub total MATERIAIS: 0,00

EQUIPAMENTOS

ORSE 05022	Análise Físico-Química da água	un	1,00	537,06	537,06
---------------	--------------------------------	----	------	--------	--------

ORSE 05021	Análise Bacteriológica da água	un	1,00	33,23	33,23
---------------	--------------------------------	----	------	-------	-------

0,00

Sub total EQUIPAMENTOS: 570,29

Total (MO + MAT + EQUI): 570,29

BDI (24,18)%: 137,90

PREÇO UNITÁRIO TOTAL: 708,19

Instalação de sistemas de abastecimento de água com geração de energia fotovoltaica:

ITEM	FONTES	CÓD.TIPO	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL (R\$)
1.0	COTAÇÃO		INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA	UN	100	35.990,00	3.599.000,00
TOTAL GERAL						R\$	3.599.000,00

Importa o valor da presente planilha em R\$ 3.599.000,00 (Três milhões, quinhentos e noventa e nove mil reais).

Observação: As cotações encontram-se no ANEXO VIII.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. Nas licitações com sistema de registro de preços não é necessário a indicação de recursos orçamentários, conforme § 2º, art. 7º, do Decreto nº 7.892/2013.

24. ANEXOS

24.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos (0633006):

- Anexo I: MODELO DE FICHA PARA TESTES DE BOMBEAMENTO;
- Anexo II: APRESENTAÇÃO DAS ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICAS;
- Anexo III: MODELO DA PLACA DO SERVIÇO;
- Anexo IV: CHAFARIZ 5.000 L – PLANTA BAIXA E CORTE – AB;
- Anexo V: CHAFARIZ – CAIXA D'ÁGUA DE FIBRA DE VIDRO COM CAPACIDADE PARA 5.000 LITROS COM QUATRO TORNEIRAS;
- Anexo VI: PROJETO DA CASA DE BOMBA E PROTEÇÃO DO POÇO;
- Anexo VII: SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM BOMBA SUBMERSA E CHAFARIZ COM ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA;
- Anexo VIII: PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS;
- Anexo IX: DETALHAMENTO DO BDI.

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDOS PRELIMINARES**Estudo Técnico Preliminar 2/2020****1. Informações Básicas**

Número do processo: 59402.000605/2020-4

2. Descrição da necessidade

O Estado do Ceará, com seus 148.920,47 km² de extensão territorial, tem 129.262,97 km² (86,80%) de sua área está inserida no Semiárido brasileiro.

O clima é marcado pela aridez, com pluviosidade que, em alguns locais, pode ser menor que 500mm/ano, mas também pode se aproximar de 1.000 mm/ano em outras áreas, a exemplo da área do Cariri e das cidades relativamente próximas à faixa litorânea. A temperatura média é alta, com pequena amplitude anual de aproximadamente 5°C, girando entre 20°C no topo das serras a até 28°C nos sertões mais quentes. No interior, a amplitude térmica diária pode ser relativamente grande devido a menor umidade.

As secas são periódicas, e, desde que a ocupação territorial foi consolidada, a população tentar resolver o problema da escassez de água. A perfuração de poços profundos tem sido utilizada como uma alternativa para garantir a disponibilidade e acesso à água para abastecimento humano, irrigação, indústria, lazer e dessedentação animal.

Tudo isto demonstra, claramente, a importância do serviço de perfuração de poços oferecido pela CEST-CE à população do semiárido e a necessidade da perfeita operacionalização da referida atividade pela Coordenadoria, o que, para tanto, destacamos três aspectos que apontam para a urgência da contratação:

1) Possui em torno de 6.000 solicitações de perfuração de poços e, para atender tal demanda, foram adquiridos 10 (dez) equipamentos completos de perfuração de poços no ano de 2018, totalizando 11 (onze) comboios completos (02 caminhões com máquina perfuratriz, compressor, muncie e carro pipa) em perfeito estado de funcionamento, permitindo uma estimativa média de perfuração/mês de 132 poços;

2) Há apenas 01 (um) servidor capacitado para a locação dos poços (designação do melhor local para a perfuração), o que não atende à demanda;

3) Nos últimos 05 (cinco) anos, foram perfurados mais de 500 (quinhentos) poços profundos em diversos municípios do Estado do Ceará, porém, sem a devida instalação devido à carência de servidores e inexistência de recursos orçamentários para aquisição dos materiais necessários. Com base nos pontos citados acima, detectamos a imprescindibilidade da contratação de serviços especializados em:

Estudos hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos;

Instalação de sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz instalação de sistemas de abastecimento com geração de energia fotovoltaica.

Ressaltamos que as atividades de perfuração de poços desta CEST-CE é realizada nos conformes da Normativa nº 03, de 28 de Agosto de 2019.

UASG 193003 Estudo Técnico Preliminar 2/20202

3. Área requisitante

Área Requisitante Responsável

Serviço Técnico da Coordenadoria Estadual do DNOCS no Ceará

Responsável

Paulo Roberto Silva Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O prazo para o início da execução do objeto, a partir da emissão da Ordem de Serviço – OS, será de até 15 (quinze) dias.

O prazo para execução dos serviços é de até 12 (doze) meses, contados da data de recebimento da primeira OS pela contratada emitida pelo DNOCS.

Os quantitativos para o item “Instalação do poço” são estimados, e, desta forma, poderão ser ultrapassados ou não atingidos, conforme Projeto. A medição será feita com base nas quantidades realmente executadas e o pagamento será de acordo com o preço da planilha referência.

A aquisição e transporte dos equipamentos necessários serão de responsabilidade da empresa contratada, que escolherá a origem e procedência dos mesmos, garantindo, no entanto, a qualidade requerida, estabelecida em normas e/ou especificações e de acordo com a legislação ambiental vigente.

Concluída a instalação, a empresa deverá apresentar o cadastro, em conformidade com Indicador de Construção e solicitar imediatamente o seu recebimento provisório, condicionado, evidentemente, após a realização dos testes de funcionamento de rotina, para que o DNOCS possa iniciar a operação, à sua conveniência. Nesta oportunidade as estruturas de bombeamento, recalque, reservação e distribuição deverão estar em perfeitas condições de funcionamento.

Após concluída a obra, a empresa deverá apresentar todas as análises físico-químicas e bacteriológicas referente aos poços instalados.

Deverá ser apresentado declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

A empresa deverá dispor de quantitativo de pessoal suficiente com operários devidamente treinados e habilitados para realização dos trabalhos contratados, sendo coordenados direta e permanentemente por técnico de comprovada experiência. Deverá, também, manter em supervisão permanente do serviço, geólogo com capacidade de receber e atender qualquer instrução ou comunicação que venha a ser feita por parte do DNOCS, devendo o referido técnico de nível superior permanecer na obra durante o período de realização dos serviços, mantendo Registro de Ocorrência e/ou Diário de Obra, sob pena da paralisação dos trabalhos enquanto perdurar a pendência.

O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação mensal do gestor/fiscal do contrato. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as previsões da IN 05/2017.

A empresa deverá, às suas expensas, dispor de todas as permissões, certificados e licenças requeridas por lei, a fim de poder executar os serviços do objeto. Deverá cumprir as leis nacionais, estaduais e municipais, que afetem as obras a realizar. Em particular, o trabalho deverá ser realizado com a máxima segurança para o pessoal que o execute, devendo serem cumpridas rigorosamente as normas vigentes, relativas a segurança e higiene de trabalho.

5. Levantamento de Mercado

A CEST-CE possui os equipamentos para a perfuração de poços e o mercado oferece um "leque" grande de empresas prestadoras de serviços especializado em instalação de poços.

Para uma contratação de baixo custo tomamos como base para definição de preços de referência os valores unitários praticados em sistemas oficiais de referência de preços, mais especificamente o Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO/CE (Outubro/2019 - Sem Desoneração), SINAPI (com data base Maio/2020 - Sem Desoneração), SEINFRA/CE (número 024.1), tendo sido aplicado BDI de 24,18% para serviços e 15,28% e cotações de mercado para itens não contemplados.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresas prestadoras de serviços especializadas para a realização de 500(quinhetos) estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos, instalação de 500 (quinhetos) sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz e de 100 (cem) sistemas de abastecimento com geração de energiafotovoltaica em diversos Municípios do estado do Ceará.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa foi calculada com base na capacidade de perfuração de poços da CEST-CE, algo em torno de 132 poços/mês, com base no histórico de perfurações, respaldada por uma frota nova de 20 caminhões, equipados com máquinas perfuratrizes, compressores, bomba de lama e demais equipamentos, além de um número de aproximadamente 500 poços perfurados e não instalados, que necessitam da contratação de serviços de instalação, obtendo-se o quantitativo necessário abaixo:

500 (quinhetos) estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos;

500 (quinhetos) sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz;

100 (cem) sistemas de abastecimento com geração de energia fotovoltaica.

8. Estimativa do Valor da Contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos	serviço	500	2.900,00	1.450.000,00
02	Instalação de sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz	serviço	500	23.967,34	11.983.671,34
03	Instalação de sistemas de abastecimento com geração de energia fotovoltaica	serviço	100	35.990,00	3.599.000,00
TOTAL GERAL ESTIMADO				17.032.671,34	

Estima-se o valor total anual de R\$ 17.032.671,34 (dezessete milhões, trinta e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos).

Os valores com base nos sistemas oficiais de referência de preços, mais especificamente o Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO/CE (Outubro/2019 - Sem Desoneração), SINAPI (com data base Maio/2020 - Sem Desoneração), SEINFRA/CE (número 024.1), tendo sido aplicado BDI de 24,18% para serviços e 15,28% para materiais, em conformidade com o item 5 e cotações de mercado para itens não contemplados.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, "as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala."

Portanto, será admitido adjudicação por item e não por preço global, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação não está alinhada com contratações correlatas e/ou independentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico do DNOCS e em conformidade com o Regimento Interno.

A implantação desses serviços tem ainda o objetivo de se fazer cumprir o compromisso do Governo Federal de adotar, conforme Plano Plurianual de Governo, padrões de vida mais humana, principalmente nos campos da saúde, educação, transporte e água potável.

12. Resultados Pretendidos

Com o objetivo de criar e/ou complementar a infraestrutura hídrica básica nas comunidades difusas, a locação, perfuração e instalação de poços profundos é uma alternativa para garantir a disponibilidade e acesso à água para o consumo e necessidade de milhões de pessoas com maior brevidade possível.

13. Providências a serem Adotadas

No caso específico destas contratações, inexistente necessidade de adequação do ambiente da CEST-CE para implantação da prestação desses serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Conforme Resolução COEMA nº 14, de 15 de Dezembro de 2016, as atividades relacionadas à captação de águas subterrâneas não possuem potencial poluidor capaz de causar degradação ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com o objetivo de criar e/ou complementar a infraestrutura hídrica básica nas comunidades difusas, a contratação de empresas prestadoras de serviços especializadas para a realização de estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos, instalação de sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz e de sistemas de abastecimento com geração de energia fotovoltaica em diversos Municípios do estado do Ceará, é uma alternativa de sucesso para garantir a disponibilidade e acesso à água para o consumo e necessidade de milhões de pessoas com a maior brevidade possível.

16. Responsáveis

PAULO ROBERTO SILVA SANTOS

Chefe do Serviço Técnico da CEST-CE – Geólogo

FRANCISCO ONIVALDO DE OLIVEIRA

Chefe do Setor de Aquicultura do Serviço Técnico da CEST-CE - Geólogo

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 004/2020-CEST/CE-ADM/CL

(Processo Administrativo n.º 59402.000605/2020-72)

ANEXO II DO EDITAL – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CEST/CE-L**

A Coordenadoria Estadual do Dnocs no Estado do Ceará, com sede na Av. Duque de Caxias, 1700, 2º andar, Centro, CEP 60.035-111, na cidade de Fortaleza-CE, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, neste ato representada pelo Coordenador Estadual da CEST-CE, o Senhor **ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 258.514.113-68, portador da Carteira de Identidade nº 041313515-82, SSP/CE, nomeado(a) pela Portaria nº 2.767, de 25 de novembro de 2019, publicada no *DOU* de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250, doravante denominada CONTRATANTE, ratificado pelo Diretor Geral, o Senhor **FERNANDO MARCONDES DE ARAÚJO LEÃO**, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrito no CPF nº 083.206.244-87, portador da Carteira de Identidade nº 991667 SSP-PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/2020, publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º 59402.000605/2020-72, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresas prestadoras de serviços especializadas para a realização de estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos, instalação de sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz e de sistemas de abastecimento com geração de energia fotovoltaica em diversos municípios do Estado do Ceará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 004/2020-CEST/CE-L, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)		Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade
	Marca	Modelo				
X	Especificação	(se exigida no edital)	(se exigido no edital)			

Nota Explicativa: Nos termos do Parecer nº 00001/2016/CPLCA/CGU/AGU não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação (contrato administrativo em sentido amplo).

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a CEST-CE/DNOCS.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
---------	----------------------	---------	------------

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

Nota Explicativa: A Ata de Registro de Preços pode ter sua validade fixada por prazo inferior a 12 (doze) meses, podendo ou não ser prorrogada, a critério da Administração, respeitado, contudo, o prazo total de 12 (doze) meses (art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo nº 59402.000605/2020-72)

ANEXO III DO EDITAL – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº XX/2020-CEST/CE, QUE FAZEM ENTRE SI A COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A Coordenadoria Estadual do Dnocs no Estado do Ceará – CEST/CE, com sede na Av. Duque de Caxias, 1700, Ed. Arrojado Lisboa, 2º e 3º andares – Centro - CEP 60035-111 - Telefones: (85) 3391-5303 - (85) 3391-5314, na cidade de Fortaleza/CE, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.043.711/0005-77, neste ato representada pelo Senhor ANTÔNIO JOSÉ PORTO MOTA, Coordenador Estadual da CEST-CE, nomeado pela Portaria nº 2.767, de 25/11/2019, publicada no Diário Oficial da União, de 26/11/2019, portador da matrícula funcional nº 2331250 e pelo Senhor FERNANDO MARCONDES DE ARAÚJO LEÃO, Diretor Geral do DNOCS, ratificador deste ato, nomeado pela Portaria nº 214, de 05/05/2020, publicada no Diário Oficial da União, de 06/05/2020, portador da matrícula funcional nº 03189526, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº expedida pela(o) e CPF nº tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CEST/CE-ADM/L, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresas prestadoras de serviços especializadas para a realização de estudos geofísicos e hidrogeológicos para a designação de locais para a perfuração de poços profundos, instalação de sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz e de sistemas de abastecimento com geração de energia fotovoltaica em diversos municípios do Estado do Ceará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../.....

2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

2.2. A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento pela contratada da expedição da Ordem de Serviço, pelo DNOCS, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência.

2.3. O prazo de execução deste contrato é de 12 (doze) meses, conforme Cronograma Físico-Financeiro, pelos prazos proporcionais dos quantitativos demandados pela Administração, contados a partir do marco supra referido.

2.4. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 11203/193003.

Fonte:

Programa de Trabalho: 168803.

Elemento de Despesa: 449051.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da contratada.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

14.4 O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

14.5 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

14.6 O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da administração pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da cidade de Fortaleza, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Fortaleza-CE, de..... de 2020.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 –

2 -

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo n.º 59402.000605/2020-72)

ANEXO IV – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Constante do anexo do Termo de referência nº SEI 0633006

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo n.º 59402.000605/2020-72)

ANEXO V – COMPOSIÇÃO DO BDI

Constante do anexo do Termo de referência nº SEI 0633006

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo n.º 59402.000605/2020-72)

ANEXO VI – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Constante do anexo do Termo de referência nº SEI 0633006

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo n.º 59402.000605/2020-72)

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para fins de participação na licitação em epígrafe, que não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não empregamos menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, c/c com a Lei nº 9.854/99..

Fortaleza-CE, de de 2020.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa

Observação: emitir em papel que identifique a **licitante**.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo n.º 59402.000605/2020-72)

ANEXO VIII – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

Declaramos que por intermédio de nosso representante legal, realizamos a vistoria no local em que realizar-se-á os serviços, e que temos total conhecimento das peculiaridades do objeto da presente licitação.

Fortaleza-CE, de de 2020.

(Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

OBS.: Papel timbrado da licitante

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo n.º 59402.000605/2020-72)

ANEXO IX – MODELO DE PROPOSTA

Constante do anexo do Termo de referência nº SEI 0633006

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo n.º 59402.000605/2020-72)

ANEXO X – MODELOS DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/ Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo n.º 59402.000605/2020-72)

ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei e para fins de participação na licitação em epígrafe, a inexistência de fato que impeça a habilitação de nossa empresa no citado certame, podendo, por conseguinte, licitar com a Administração Pública Federal, e estando ciente da obrigatoriedade de declarar o surgimento de eventuais ocorrências posteriormente constatadas.

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2020.

(Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

OBS.: Papel timbrado da licitante

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 004/2020-CEST/CE-L

(Processo Administrativo n.º 59402.000605/2020-72)

ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU DE COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007

Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2020.

(Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

OBS.: Papel timbrado da licitante



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Porto Mota, Coordenador Estadual no Ceará**, em 07/12/2020, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0665465** e o código CRC **F935FF1F**.